

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Gestão de Instituições Federais de Educação
Superior

Adriana Batista Moreira

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE
CUNHO NEOLIBERAL

Belo Horizonte
2020

Adriana Batista Moreira

**A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE
CUNHO NEOLIBERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial à obtenção do título
de Especialista em Gestão de Instituições
Federais de Educação Superior.

Orientadora: Profa. Suzana dos Santos
Gomes

Belo Horizonte

2020

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE EDUCAÇÃO Curso de Especialização Gestão de Instituições Federais de Educação Superior</p>	
-----------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Candidato: Adriana Batista Moreira

Registro DRC: 2017768566

CPF: 040.587.266-60

Orientador (a): Suzana dos Santos Gomes

Às 10h00 horas do dia 23/06/2020, reuniu-se na Faculdade de Educação da UFMG a Comissão Examinadora indicada pela coordenação do Curso de Especialização Gestão de Instituições Federais de Educação Superior, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado "A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE CUNHO NEOLIBERAL", requisito final para obtenção do grau de Especialista. Abrindo a sessão, a banca examinadora, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Após a apresentação do trabalho, seguiu-se o julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Suzana dos Santos Gomes indicou a:

APROVAÇÃO / APROVAÇÃO COM RESSALVA / REPROVAÇÃO do candidato;

Wellington Marçal de Carvalho indicou a:

APROVAÇÃO / APROVAÇÃO COM RESSALVA / REPROVAÇÃO do candidato;

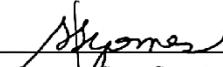
Janaina Ferreira Hudson Borges indicou a:

APROVAÇÃO / APROVAÇÃO COM RESSALVA / REPROVAÇÃO do candidato;

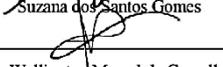
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO / REPROVADO

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela banca examinadora. Nada mais havendo a tratar, a Comissão Examinadora encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA.

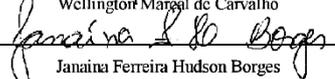
Belo Horizonte, 24 de Junho de 2020



 Suzana dos Santos Gomes



 Wellington Marçal de Carvalho



 Janaina Ferreira Hudson Borges

Resumo

O objetivo geral deste trabalho é discutir sobre o lugar da política de assistência estudantil no atual contexto da educação pública federal. Primeiro, elaborou-se uma análise crítica sobre as contradições de uma política pública promovida no limite dos interesses da ideologia neoliberal, em seguida, numa perspectiva crítico-analítica, realizou-se uma breve análise sobre o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). E, por fim, foram apresentados os princípios que norteiam a elaboração, implementação e execução da política de assistência estudantil. Quanto à metodologia, trata-se de uma revisão de literatura sob o paradigma estruturalista radical. Os resultados indicaram a educação como uma possibilidade de construção, tendo em vista mudanças na trajetória histórica da política de assistência estudantil. Finalmente, espera-se contribuir para a superação da condição de “necessitado”, muitas vezes, presente na vida do estudante assistido pelo programa de assistência estudantil.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Assistência Estudantil. Neoliberalismo.

Abstract

The general objective of this paper is to discuss the place of student assistance policy in the current context of federal public education. First, a critical analysis were carried out on the contradictions of a public policy promoted within the limits of the interests of neoliberal ideology, then, in a critical-analytical perspective; a brief analysis was carried out on Decree nº 7,234, of July 19, 2010, which provides for the Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Finally, we presented the principles that guide the elaboration, implementation and execution of the student assistance policy. Methodologically, it is a literature review under the radical structuralism paradigm. The results indicated education as a possibility of construction, in view of changes in the historical trajectory of student assistance policy. Finally, expected to contribute to overcoming the condition of “needy”, often present in the life of the student assisted by the student assistance program.

Keywords: Public policy. Student Assistance. Neoliberalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 APONTAMENTOS SOBRE A ORIGEM DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL... 8	8
3 PERCURSO METODOLÓGICO	14
4 DISCUSSÕES E REFLEXÕES ACERCA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

A análise do contexto no qual se desenvolvem as políticas públicas é crucial para que se compreenda sua viabilidade, interesses e finalidades. Assim, considerando o contexto socioeconômico, Kowalski (2012) sintetiza o percurso histórico da política de assistência estudantil em três fases: a primeira que se inicia com a criação da primeira universidade no Brasil até o período de democratização política; a segunda fase, originária do momento propício ao debate, configurando uma nova política de assistência estudantil nas universidades brasileiras; e a terceira fase compreende o contexto de expansão e reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) até os dias atuais.

As publicações atuais sobre o tema se debruçam, majoritariamente, sobre duas perspectivas, a primeira, que discute sobre a trajetória histórica da assistência estudantil, mas se limita à descrição da implementação e avaliação das ações desenvolvidas nas IFES com base no que prevê o decreto que dispõe sobre o PNAES. Já a segunda, evidencia a discussão sobre a política de assistência estudantil, numa perspectiva se sua concepção como política pública de direito, necessária à permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em um curso presencial de graduação em uma IFES. Os estudos de Michelotto e Freire (2017); Dutra e Santos (2017); Imperatori (2017) entre outros, consideram que o PNAES é o principal instrumento de garantia da permanência dos estudantes de baixa renda, portanto, deve ter seus recursos ampliados.

No entanto, faz-se necessária a problematização da assistência estudantil como política pública concebida em um contexto neoliberal, tema de escassas publicações. Desse modo, a pesquisa em pauta, tem por objetivo geral analisar, a partir do paradigma estruturalista radical, os princípios que norteiam a elaboração e implementação da política de assistência estudantil no ensino superior no Brasil. Nesse sentido, o estudo procurou responder o seguinte problema: Como se configura atualmente a política de assistência estudantil no ensino superior?

Para tanto, foram definidos como objetivos específicos: descrever a trajetória da Política de Assistência Estudantil e o atual contexto de implementação de suas ações na IFES; problematizar a trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil; identificar, numa perspectiva crítico-analítica, as contradições de uma política de

Estado fundamentada na reprodução das características do modelo social neoliberal, seus caminhos e descaminhos.

Os estudos sobre assistência estudantil são necessários por se tratar de uma temática diretamente relacionada com os atores, parte constitutiva, de uma instituição social que objetiva a produção e divulgação do saber, como possibilidade de transformação de uma dada realidade social. No entanto, estudos que tratam a política de assistência estudantil a partir de uma análise crítica, são bastante escassos. Os estudos de Machado e Pan (2016), problematizam a assistência estudantil enquanto política pública que precisa de análise radical de suas concepções, de modo que as populações-alvo sejam concebidas, reconhecidas e sintam-se capazes de atuar politicamente.

Nessa mesma perspectiva, os estudos de Rêgo e Benevides (2019), propõem um exercício reflexivo sobre as contradições da política de assistência estudantil no contexto fragilizado pelo modelo neoliberal e pontuam, em linhas gerais, de que maneira a ofensiva neoliberal tem atingido profundamente os direitos sociais, reduzindo a atuação do Estado.

A política de Assistência Estudantil, como objeto de pesquisa se justifica pela relevância do contexto e sujeitos envolvidos no processo de elaboração e implementação. Estabelecer reflexões sobre a sistematização de uma política social em âmbito educacional pode despertar a possibilidade de se construir discussões teóricas que subsidiem posturas que transformem uma dada realidade.

Além dessa introdução, o presente trabalho apresenta uma seção de apontamentos sobre a origem da Assistência Estudantil no Brasil, em seguida, o percurso metodológico e abordagem teórica adotada na pesquisa, logo depois, são apontadas discussões e reflexões acerca da Assistência Estudantil e, por fim, as considerações finais.

2 APONTAMENTOS SOBRE A ORIGEM DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

A compreensão do processo que permeia a origem, desenvolvimento e atual contexto da assistência estudantil demanda um breve resgate das primeiras tentativas de se implantar o ensino superior no Brasil. Em meados do século XIX, o Brasil Colônia, tardiamente, em relação ao contexto latino-americano - depois de quase três séculos -, criou cursos para atender à demanda da família real portuguesa e à elite local. A educação não fazia parte do projeto de exploração do Brasil, considerando que as prioridades de Portugal se resumiam em: fiscalização e defesa das terras ocupadas (VASCONCELOS, 2010, p. 601).

Após um período de trezentos anos de exploração, em 1808, surgiram as primeiras faculdades brasileiras, ainda assim, constituíram-se a partir de uma orientação bastante elitista. Segundo Oliven (2002, p. 32),

[...] eram independentes, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Seguiam o modelo das grandes escolas francesas, instituições seculares mais voltadas ao ensino do que à pesquisa. Tanto sua organização didática quanto sua estrutura de poder baseavam-se em cátedras vitalícias: o catedrático, “lente proprietário”, era aquele que dominava um campo de saber, escolhia seus assistentes e permanecia no topo da hierarquia acadêmica durante toda a sua vida (OLIVEN, 2002, p. 32).

Na literatura existente sobre a assistência estudantil no Brasil, as primeiras manifestações coincidem com os primeiros movimentos como tentativas de se implantar o ensino superior no Brasil, em meados do século XIX. A primeira expressão de assistência estudantil, ocorreu em 1828, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris. A proposta era auxiliar estudantes do Brasil, que tinham dificuldades em fixar residência na capital francesa (ARAÚJO, 2007 apud COSTA, 2010, p. 55). Assim como a educação superior foi pensada para atender aos interesses da elite, a assistência estudantil também atendeu aos filhos da classe dominante.

Em 1930, a partir da Reforma Francisco Campos, houve uma tentativa de regulamentação da política de assistência estudantil. As ações eram pontuais e priorizavam programas emergenciais de alimentação e moradia. Incorporada à Constituição de 1934, a proposta tinha como objetivo atender aos “reconhecidamente

pobres”, ou seja, os necessitados. Outro movimento que marcou a trajetória da assistência estudantil foi a construção da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro. O objetivo era apoiar os estudantes carentes, mas não era somente isso. O governo da época, Getúlio Vargas, fazia grandes doações, condicionadas a garantir o apoio político dos estudantes universitários. O governo também apoiou, através do Ministério da Educação (MEC), a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Essa iniciativa se configurou, uma tentativa de criação de uma instituição despolitizada (COSTA, 2010, p. 57).

Entre as décadas de 1950 e 1970, houve uma considerável expansão na criação de instituições de ensino superior no Brasil. O que gerou um acesso mais expressivo das classes mais baixas à universidade, considerando que foi ampliado o número de vagas.

Com o intuito de manter as ações de assistência estudantil, ainda que emergenciais e pontuais, com ênfase nos programas de alimentação e moradia, o governo criou no ano de 1970, o Departamento de Assistência Estudantil (DAE), órgão vinculado ao MEC. Entretanto, esse departamento não desenvolveu suas atividades por muito tempo e no final dos anos 1980, foi extinto e a assistência estudantil voltou a ter suas ações fragmentadas.

Observa-se que nessa primeira fase, o conjunto de ações focalizava o atendimento às necessidades básicas e emergenciais dos estudantes universitários: moradia e alimentação. Sendo a assistência estudantil marcada pela informalidade, escassez de recursos, manifestações descontínuas e pontuais (COSTA, 2009, p. 60).

O final dos anos 1970 e início de 1980, período em que o regime militar passa por uma forte crise econômica, é marcado pelo processo de redemocratização, abrindo espaço para debates e reivindicações por direitos sociais. Vários debates sobre a temática, assistência estudantil, ocorreram ao longo dos anos 1980 nas reuniões dos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e reuniões da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino superior (ANDIFES). Ainda em 1987, cria-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), com o objetivo de promover debates e articular as Instituições de Ensino Superior Públicas na tentativa de propor uma política de assistência estudantil em âmbito nacional. Foram realizados diversos eventos, encontros, debates, mobilizações, estudos, pesquisas contando com a participação da União dos Estudantes (UNE), discentes, docentes, dirigentes

das Instituições Federal de Ensino Superior (IFES) no sentido de assegurar a política de assistência estudantil enquanto mecanismo de direito social.

Considerando o contexto de redemocratização vivenciado no país, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, denominada constituição cidadã, o FONAPRACE elaborou o projeto que deu origem ao Plano Nacional de Assistência Estudantil, que em 2007 passou a ser adotado pelo MEC enquanto instrumento que normatiza ações com o objetivo de garantir a permanência do estudante nas IFES (COSTA, 2010, p. 65).

A partir da promulgação do Decreto nº 7.234/2010 de 19 de julho de 2010, do governo Federal, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010), a política de assistência estudantil se efetiva enquanto instrumento que possibilita a permanência do estudante de escolas públicas e, principalmente, de “baixa renda” nas IFES. A finalidade do decreto é “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010) e seus objetivos não preveem nenhuma ação concreta de superação da condição de estudante dependente dos favores do Estado. Pelo contrário, o que se percebe, nas entrelinhas, é a transferência de responsabilidade, aos próprios assistidos, pela situação de vulnerabilidade socioeconômica, na qual se encontram os estudantes público-alvo do programa, desconsiderando que a situação dos “empobrecidos” se agrava pela “hierarquização da sociedade brasileira que consolida os privilégios e as discriminações de renda, raça, gênero e classe, ampliando as desigualdades” (PFEFFER, 2018, p. 225).

Para muitos autores, entre eles: Vasconcelos (2010); Costa (2010); Costa (2016), o PNAES representa “um marco histórico” na implementação de uma política de grande relevância em âmbito nacional, que prevê instrumentos com o objetivo de garantir a permanência do estudante de “baixa renda”, na educação superior. Entretanto, a relevância se justifica pelo elevado nível de desigualdade no país. A necessidade de política de assistência social só existe em um país cuja divisão de classes se sobrepuja a qualquer possibilidade de igualdade social. Embora a Constituição Federal de 1988, tenha objetivado a construção da cidadania como direito, em um país onde a ideologia neoliberal é dominante, essa conquista se torna improvável. O neoliberalismo limita as políticas públicas, pois grande parte dos recursos, do fundo público, que deveriam garantir um estado de bem-estar geral da população, alimenta o capital portador de juros por meio do pagamento da dívida que

advêm, majoritariamente, de recursos pagos pelos trabalhadores, através dos tributos (SILVA *et al.*, 2017, p. 626).

Contrapondo a autores como, Imperatori, (2017, p. 298), que considera “legítimo o desfrute da assistência pelos estudantes de graduação”, entende-se que “legítimo” seria, em um processo de formação cidadã, não depender dos favores de um Estado que mina as esparsas condições de rompimento com o ciclo de reprodução da pobreza política, econômica e social.

Outra notória contradição na fala da autora, diz respeito à análise do PNAES enquanto “estratégia de combate às desigualdades”. Ao analisar o Decreto nº. 7.234/2010, em geral e em particular, os objetivos descritos a seguir:

Art. 2 São objetivos do PNAES:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Observa-se que o texto da lei não explicita ações concretas de efetivação de “combate às desigualdades”, pelo contrário, as palavras que definem os objetivos – democratizar, minimizar, reduzir, contribuir - denotam uma parcialidade do Estado no sentido de manter a condição de necessitado do público-alvo do programa, pelo interesse que o Estado cultiva de se perpetuar no poder enquanto representação da classe dominante. Nesse sentido, Pfeffer, (2018), traz significativa contribuição quando denuncia que

as intervenções estatais, quase sempre de caráter pontual, não conseguem superar a cultura política patrimonialista brasileira. Isso se deve a uma peculiar articulação entre o autoritarismo social com a acumulação capitalista que teria bloqueado a construção da cidadania no país (PFEFFER, 2018, p. 226).

O atual contexto de implementação da política de assistência estudantil, exige reflexões críticas sobre o processo histórico de construção do PNAES que traz a marca da despolitização e, nuances significativas dos interesses do Estado em promover a autocomplacência e manter-se enquanto provedor dos interesses da classe dominante, como ocorreu na primeira manifestação de assistência estudantil que objetivou atender à elite brasileira, com a criação da Casa do Estudante Brasileiro

em Paris. A única diferença do atendimento aos interesses no atual momento é que o Estado passa agora a atender a ideologia neoliberal.

Diante do exposto, entende-se que a tarefa de pensar sua condição de pobreza, compete aos próprios usuários dos serviços de assistência estudantil. Utilizar o espaço da universidade pública, seria uma alternativa para se construir caminhos e pôr em xeque uma política “pobre para os pobres”, “abundante para a elite” e correspondente aos interesses do capital, atendidos pelo uso de fundo público para pagamento da dívida que alimenta o capital portador de juros. Um fato de extrema relevância é a superação da “pobreza política” (DEMO, 2002) que inviabiliza a mudança necessária à construção de uma identidade cidadã. Para DEMO (2002, p. 33), a pobreza política é o “pano de fundo” do contexto em discussão,

Garantir a sobrevivência das pessoas é direito radical decisivo, mas ainda mais relevante é gestar a competência política de saber garantir a sobrevivência com as próprias mãos. Portanto, excluído irremediável é aquele que nem sequer consegue e é coibido de saber que é excluído. Não apenas toma a situação como definitivamente dada e inamovível, [...], como imagina que toda solução há de vir pela via da doação. Muito mais grave que ser ajudado pelos outros é ser pensado pelos outros (DEMO, 2002, p. 33).

O autor ainda acrescenta que pobreza política indica a condição do sujeito “incapaz de se perceber capaz”, “ser destituído de ser”.

No próximo tópico, nosso objetivo é problematizar a trajetória histórica da assistência estudantil no Brasil; identificando, numa perspectiva crítico-analítica, as contradições de uma política de Estado fundamentada na reprodução das características do modelo social neoliberal, seus caminhos e descaminhos.

Problematizar a política de assistência estudantil é compreender que a farsa do investimento na educação superior pública, atende tão somente à ideologia neoliberal, que orienta o sistema socioeconômico vigente no Brasil. A afirmativa que pode ser comprovada a partir da disputa pelo fundo público, responsável pelo financiamento das políticas públicas sociais. Segundo Boschetti (2010, p. 75), “os recursos públicos comprometidos com o pagamento dos juros da dívida extraem do Estado brasileiro a possibilidade de ampliar investimentos em políticas públicas”. Diante dessas considerações, importa destacar que,

O fundo público se forma a partir de uma punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou

renda da terra e que é apropriada pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções (BEHRING, 2010, p. 20).

Portanto, na elaboração e implementação das políticas públicas no contexto neoliberal, a disputa de interesses tende a privilegiar a concentração de renda e, conseqüentemente, ampliar a desigualdade social.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos de uma pesquisa são fundamentais na definição do caminho que se pretende construir para alcançar os objetivos propostos. Ou seja, o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir um conhecimento manifesto numa dada realidade é que confere o caráter científico ao problema proposto.

Nesse sentido, estabelecer o marco teórico da pesquisa, é fundamental para que o problema de pesquisa ganhe caráter científico. Para tanto, faz-se necessário definir o delineamento da pesquisa no sentido de confrontar a visão teórica do problema com os dados da realidade, ou seja, planejar a pesquisa em sua dimensão mais ampla se constitui a etapa em que o pesquisador passa a considerar a aplicação dos métodos que proporcionam os meios técnicos para investigação (GIL, 2008, p. 49).

Abordar um problema científico constitui um processo que demanda a organização de elementos essenciais à elaboração de um estudo sistematizado, que traz em sua base a coleta de dados, sejam eles qualitativos ou quantitativos. Para tanto, buscou-se contribuições sobre a temática assistência estudantil em livros, artigos, dissertações e teses se configurando uma investigação bibliográfica. De acordo com Boccato (2006):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (BOCCATO, 2006, p. 266).

Quanto aos fins, a pesquisa pode ser classificada com caráter exploratório, orientada a partir de uma visão explicativa. Quanto à natureza da abordagem, a investigação de cunho qualitativo se constitui em um perfil metodológico propício à construção de uma análise crítica a partir da revisão da literatura publicada sobre a assistência estudantil no Brasil. Sobre a importância da pesquisa qualitativa, Moresi (2003, p. 71) citando Liebscher (1998), enfatiza que,

Os métodos qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento

importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas (LIEBSCHER, 1998 apud MORESI, 2003, p. 71).

Assim, a pesquisa está fundamenta no paradigma estruturalista radical, visto que seus pressupostos correspondem aos objetivos que norteiam a temática em discussão. Importante notar que os autores que defendem os fundamentos do paradigma estruturalista radical objetivam construir uma crítica em torno de uma sociedade formada a partir de elementos contraditórios entre si. Os efeitos dessa contradição na criação de crises econômicas e políticas se tornam objeto de interesse dos autores dos fundamentos do estruturalismo radical, que não visam apenas entender o mundo, mas construir elementos que possibilitem mudanças no status quo de uma dada realidade social (VERGARA, 1991).

Nesse sentido, analisar o contexto de elaboração da política de assistência estudantil sob o prisma do paradigma estruturalista radical potencializa o debate e a compreensão de que “é pelo conflito e mudança que acontece a emancipação do homem das estruturas sociais em que vive” (CARRIERI; LUZ, 1998 p. 4). A educação superior pública representa o *locus* de (trans)formação de uma dada realidade. Portanto, o espaço universitário deve possibilitar a construção de instrumentos que promovam a análise crítica das propostas de implementação de políticas que fomentem a permanência da condição de empobrecido dos que tiveram acesso e disputam, de forma desleal, a permanência na universidade pública.

4 DISCUSSÕES E REFLEXÕES ACERCA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Dando continuidade às reflexões, serão analisados os elementos essenciais ao desenvolvimento do pensamento crítico sobre a constituição sócio-histórica da política de assistência estudantil no Brasil. Elegeu-se para a construção desse diálogo, as contribuições do pensamento de autores como Mészáros (2008), Bianchetti (2005), Behring (2010), Demo (2002), dentre outros.

No estudo implementado sobre assistência estudantil no Brasil, verificou-se que a pesquisa de Rêgo e Benevides (2019) dialoga com a perspectiva da proposta de pesquisa ora apresentada. Se trata de considerar a universidade enquanto lócus, por excelência, da construção do pensamento. Para Rêgo e Benevides (2019), o estudo realizado

reafirma a necessidade de fortalecimento das atividades pedagógicas junto à comunidade discente que atuem no sentido de qualificar o debate acerca da fragilização da política de assistência estudantil, ampliando os espaços de participação da comunidade e discente nos espaços deliberativos e de execução da política de assistência estudantil (RÊGO; BENEVIDES, 2019, p. 160).

Nesse sentido, entende-se relevante o processo de formação que compreende um contexto crítico-analítico, que consiste em perceber que toda ação, reclama uma intenção. Não existe neutralidade nos processos atrelados ao desenvolvimento de uma sociedade.

Ademais, pesquisas revelam a escassa produção científica sobre a assistência estudantil no ensino superior. Segundo Michelotto e Freire (2017, p. 6) "a assistência estudantil se configura uma área recentemente explorada, sobretudo no Brasil, após a implementação do PNAES em 2008". As autoras afirmam ainda que entre os anos 2008 e 2016, "o ápice de referências encontradas ocorreu em 2014 - 12 publicações" (MICHELOTTO; FREIRE, 2017, p. 6).

A existência da assistência estudantil, não pode ser mais relevante que a compreensão do processo que origina os "necessitados de assistência". Segundo Chaves, Reis e Guimarães:

A pobreza não foi tratada como resultado do processo de exploração econômica. A distribuição assimétrica da riqueza, a concentração da propriedade e a super exploração da força de trabalho no Brasil não foram consideradas hipóteses explicativas do problema. A pobreza foi convertida

em fenômeno derivado de atributos pessoais e/ou de grupos específicos, dissociada do conflito capital-trabalho (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 4).

Pensar a “educação para além do capital” (MÉSZÁROS, 2008), demarca um lugar de reflexão da ação, de lutas, disputas e defesa de direitos sociais historicamente construídos, lugar onde os estudantes possam exercer seu protagonismo.

A partir da análise da dinâmica do processo de elaboração das políticas públicas sociais em geral e, em particular, da política de assistência estudantil, percebe-se o irrelevante lugar que ocupa no Orçamento da União, os recursos destinados a essa área de atuação do Estado. Nesse sentido, o Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil da CGU (BRASIL, 2015-2016), que trata da consolidação de auditorias sobre o PNAES, no período de 2015 e 2016, realizadas em 58 Universidades Federais. De acordo com este documento:

[...] Programa Nacional de Assistência aos Estudantes (PNAES) tem por finalidade a diminuição da evasão e da retenção de estudantes de graduação socioeconomicamente vulneráveis. Trata-se de emprego de **recursos que chegam a aproximadamente um bilhão ao ano**, recursos esses que são repassados às IFES, respeitando os ditames do Decreto 7.234/2010 (BRASIL, 2016, p. 17, grifo nosso).

Enquanto isto, pesquisa realizada por Chaves, Reis e Guimarães (2018), mostra que no mesmo ano, as despesas da União com juros e amortizações da dívida pública, superou a marca de R\$ 436,946 bilhões. Ou seja, os recursos destinados à assistência estudantil se configuram substancialmente inferiores aos destinados à manutenção da rentabilidade do capital financeiro e objetiva a manutenção da condição de classe explorada e “assistida” com as “migalhas” da disputa pelo fundo público.

As políticas públicas em Educação têm sido objeto de amplos debates no contexto sociopolítico do século XXI. Especificamente, no Brasil, apresenta-se como uma estratégia técnica, que pretende minimizar, e porque não dizer “escamotear” as desigualdades sociais reiteradas pela ideologia neoliberal operante no sistema econômico que dita regras, objetivando a manutenção de sua hegemonia na formulação e gestão das políticas públicas em educação no Estado brasileiro. Nesse sentido o capitalismo contemporâneo, tem uma relação direta com o fundo público

que, em tese, financiaria as políticas públicas sociais, referendadas pelo Estado brasileiro que consubstancia o modelo social neoliberal.

De acordo com a concepção neoliberal, as políticas públicas não devem ser promovidas pelo Estado, pois significaria um desequilíbrio nas condições dos indivíduos, um aumento de gastos, que conseqüentemente, levaria à crise fiscal (BIANCHETTI, 2005). Assim, a assistência estudantil, como vertente das políticas públicas educacionais, responde à lógica econômica, promovendo a ideia de um Estado subsidiário, pois se estrutura a partir das orientações do modelo social neoliberal. Nesse sentido, as ações previstas no Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que regula o PNAES, evidenciam um discurso que desconsidera a impossibilidade de alcançar seus objetivos, pois incorpora ações de caráter assistenciais, como forma de minimizar as desigualdades sociais, que são produto das relações capitalistas. Ou seja, o discurso democratizante do acesso e permanência no ensino superior não considera que as desigualdades sociais se situam na estrutura socioeconômica do Estado.

As proposições empreendidas, se fundamentam numa concepção crítico-analítica a partir da contribuição de autores como Mészáros (2008), Bianchetti (2005), Behring (2010) e Demo (2002). Mészáros, nos propõe uma reflexão sobre a importância da superação da lógica do capital na estruturação de políticas públicas educacionais. Entretanto, nos alerta que a educação por si só, “não é capaz de transformar a sociedade rumo à emancipação social, mas se apresenta enquanto possibilidade de contribuir com o planejamento de estratégias de rompimento com o controle exercido pelo capital” (MÉSZÁROS, 2008. p. 35).

Assim, os elementos elaborados a partir do levantamento bibliográfico se configuram o meio para a compreensão sobre o lugar que a assistência estudantil ocupa no contexto das políticas públicas e o papel do investimento de recursos públicos que viabilizam interesses diversos e antagônicos. De um lado, a população dependente dos serviços das políticas públicas sociais – a classe trabalhadora e, do outro, “ferozmente insaciável”, o capitalismo financeiro, alimentado por parcela significativa dos recursos que compõem o fundo público. De acordo com Behring (2010, p.14), “o fundo público assume tarefas e proporções cada vez maiores no capitalismo contemporâneo”. Nesse contexto, cabe a inquietação de um questionamento: existe de fato, a possibilidade de se alcançar, os objetivos, no mínimo, contraditórios, previstos no PNAES? Além do que, há um agravante na questão,

quando considerada a perspectiva de “sucesso” do neoliberalismo - que está no fato da produção e reprodução de sociedades profundamente desiguais.

Compreender as relações de poder que orientam a tomada de decisões no campo das políticas públicas, “enquanto veículo de efetivação das exigências do modelo social neoliberal” (BIANCHETTI, 2005, p.88), nos permite investir na construção de debates e discussões, assumindo o compromisso com a participação democrática e consciente de uma realidade social que precisa ser transformada. Assumir a existência de um modelo hegemônico de sociedade baseado na filosofia neoliberal (BIANCHETTI, 2005), se configura um começo inteligente e possível de transformação de uma dada realidade, considerada pelos seus idealizadores insuscetível de transformação.

Aprofundar a pesquisa na temática, faz-se necessário e pressupõe reconhecer a relevância em se instituir mecanismos que subsidiem a formação acadêmica numa perspectiva crítico-analítica, onde a construção do conhecimento, ainda que principiante, seja incorporada à consciência crítica de que a política de assistência estudantil é necessária por razões impostas, inventadas, cultivadas pelo interesse do sistema neoliberal (DEMO, 2002). Essa realidade não se define como referencial para entender a dinâmica estrutural das desigualdades sociais. Por essa razão, a educação, “não qualquer educação”

[...] é a política social mais próxima da gestão do sujeito capaz de história própria, pois pode motivar o surgimento da consciência crítica e autocrítica, permanecendo como fundamental do saber pensar e do saber aprender a aprender; ao mesmo tempo, é a política social mais próxima da politicidade, já que está na raiz da competência política capaz de se contrapor à pobreza política (DEMO, 2002, p. 41).

Repensar a forma de conceber as políticas públicas é manter a possibilidade de superação da lógica da dependência velada do assistencialismo de quem a produz. Um caminho possível para se construir a emancipação humana é a educação. Discorrendo sobre essa possibilidade, Bitencourt (2016, p. 211) afirma que

pensar uma educação que vise à emancipação humana é pensar “uma educação para além do capital” e “educar para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital”. Para tanto, é inseparável da luta por uma transformação radical da sociedade. Isto é romper com o conformismo e o consenso de que “não há alternativa”. Em Mészáros, educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades

(BITENCOURT, 2016, p. 211).

Assim, a educação se torna essencial na construção do pensamento crítico, permitindo a compreensão de que as políticas públicas são promovidas a partir de interesses, não há neutralidade no processo. É preciso analisar a intencionalidade de caráter econômico, político e social associados aos interesses dos que disputam os recursos do fundo público com a expressiva demanda da classe trabalhadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esse artigo, torna-se relevante retomar o objetivo do estudo, a saber, analisar, a partir do paradigma estruturalista radical, os princípios que norteiam a elaboração e implementação da política de assistência estudantil no ensino superior.

A revisão de literatura realizada permitiu apreender a dinâmica em torno da implantação da educação pública superior no Brasil. Sua origem foi tardia, se comparada ao contexto latino-americano e a política de assistência estudantil seguiu a mesma lógica. Seus objetivos atendiam aos interesses da classe dominante. Mesmo com o movimento de democratização ocorrido nos anos 1980, o acesso das pessoas de baixa renda, ainda está muito aquém do ideal, entretanto, se configura relevante tema para discussões, debate e lutas por igualdade social.

Nesse sentido, a política de assistência estudantil, materializada no texto de lei do Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre o PNAES, define objetivos que não buscam a superação da desigualdade social, pelo contrário, quer garantir a condição de necessitado dos estudantes de baixa renda, para que se mantenha a “ilusão” do investimento na permanência do “empobrecido” na universidade pública federal.

Embora o Estado “faça de conta” que faz política pública social, o sistema econômico vigente impede que a execução alcance objetivos concretos. Mecanismos como a disputa pelo fundo público, confirmam que a transferência de recursos do fundo para pagamento de juros e amortização da dívida pública, é infinitamente maior do que os recursos “transferidos” para a promoção e manutenção de políticas públicas.

Diante de um Estado que fomenta a reprodução da pobreza, a educação, ainda pode ser a possibilidade de mudança. O espaço acadêmico oferece essa possibilidade de debates, discussões, reflexões fundamentadas no conhecimento científico que desnuda os reais interesses e os verdadeiros beneficiários das políticas públicas.

As conclusões apontam a necessidade da continuidade dos estudos com ênfase na compreensão do lugar que o espaço universitário deve ocupar na elaboração, implementação e execução de propostas capazes de contribuir com a superação da pobreza em geral e, em particular, a pobreza política que tende a ser cultivada pelas classes dominantes. Quanto mais ignorância, mais facilmente as

peças serão dominadas, controladas, subservientes aos ditames do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Crise do capital, fundo público e valor**. In: BOSCHETTI, I.;

BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T (Orgs.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BITENCOURT, C. D. S. **Mészáros: O tripé Trabalho – Capital – Estado e suas implicações na educação**. Disponível em:

[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-ACAEBF/1/tese_celeste_para_imprimir_2.pdf)

[ACAEBF/1/tese_celeste_para_imprimir_2.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-ACAEBF/1/tese_celeste_para_imprimir_2.pdf) . Acesso em: 20 dez. 2019.

BOCCATO, V. R.C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Disponível em:

http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf . Acesso em: 10 de jan. 2020.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. **Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. **Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de assistência estudantil - PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 jul. 2017.

CARRIERI, Alexandre; LUZ, Talita. **Paradigmas e metodologias: não existe pecado do lado de baixo do Equador**. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 1998.

CHAVES, V.L.J.; REIS, L. F.; GUIMARÃES, A. R. **Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil**. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37668>. Acesso em: 01 jul. 2019.

COSTA, Simone Gomes. **A permanência na educação superior no Brasil: Uma análise das políticas de assistência estudantil**. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL. 2009**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37031/A%20perman%C3%Aa>

ncia%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior%20no%20Brasil%20Uma%20an%C3%A1lise%20das%20pol%C3%Adticas%20de%20assist%C3%Aancia%20estudantil.pdf?sequence=1. Acesso em: 31/10/2019

COSTA, S.Gomes. **A equidade na Educação Superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil.** Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/984.pdf>. Acesso em: 06/11/2019

COSTA, M. C. C. F. **Os Impactos da Política de Assistência Estudantil no rendimento acadêmico dos discentes do Instituto Multidisciplinar em saúde, Campus Anísio Teixeira.** Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20889/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%20M%C3%A1rcia%20Costa.pdf>. Acesso em: 11/11/2019

DEMO, P. **Educação pelo avesso: assistência como um direito e como um problema.** São Paulo: Cortez, 2002.

DUTRA, N. G.; SANTOS, M. F. S. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2017, n.129, pp.285-303. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>

KOWALSKI, A. Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/521>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MACHADO, Fernanda Meneghini. **Financiamento da assistência estudantil nas universidades federais.** *Temporalis*, [S.l.], v. 17, n. 33, p. 231-253, set. 2017. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8739/1/tese_10012_Fernanda%20Meneghini%20Machado.pdf. Acesso em: 01 abr. 2018.

MACHADO, J. P.; PAN, M. A. parecida Graciano de Souza. **Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários - estudos de Psicologia**, 21(4), outubro a dezembro de 2016, 477-488. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v21n4/1413-294X-epsic-21-04-0477.pdf>. Acesso em: 22 jul.2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital;** [tradução Isa Tavares]. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHELOTTO, M. A.; FREIRE, P. S. **Avaliação de Políticas de Assistência Estudantil na Educação Superior: uma revisão sistêmica.** Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179382/101_00638%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 jun. 2019.

MORESI, E. Metodologia da Pesquisa. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 20/01/2020

OLIVEN, Arabela C. **Histórico da educação superior no Brasil.** In: **Educação superior no Brasil.** Brasília: CAPES, 2002. p. 31- 42

PFEFFER, R. S. **Cultura política patrimonialista e assistência social no Brasil: uma abordagem teórica.** Disponível em: [file:///C:/Users/Administrativo/Downloads/76850-162859-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Administrativo/Downloads/76850-162859-1-PB%20(1).pdf). Acesso em 20/01/2020

RÊGO, E. C.; BENEVIDES, M. G. (2019). **A Assistência Estudantil e a Redução das Desigualdades Sociais no Contexto de Fragilização das Políticas Sociais.** Revista Inter Ação, 44(1), 151-163. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v44i1.55626>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SILVA, G. S. *et al.* **Fundo Público e a usurpação dos Direitos do Trabalhador na atualidade.** Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8238>

VASCONCELOS, N. B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Acesso em: 19 jun. 2019. Acesso em: 20 dez. 2019.

VERGARA, S. **Paradigmas sociológicos e análise organizacional, segundo Burrell e Morgan,** 1991.